Decisão 18/CP.7

Modalidades, regras e diretrizes para o comércio de emissões no âmbito do Artigo 17 do Protocolo de Quioto

A Conferência das Partes,

Lembrando sua decisão 5/CP.6, contendo os Acordos de Bonn sobre a implementação do Plano de Ação de Buenos Aires,

Ciente das suas decisões 3/CP.7, 11/CP.7, 15/CP.7, 16/CP.7, 17/CP.7, 19/CP.7, 20/CP.7, 21/CP.7, 22/CP.7, 23/CP.7 e 24/CP.7,

1. *Decide* adotar as modalidades, regras e diretrizes para o comércio de emissões contidas no anexo abaixo;
2. *Decide, ainda,* que qualquer revisão futura das modalidades, regras e diretrizes deve ser decidida de acordo com as regras de procedimento da Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, conforme o caso. A primeira revisão deve ser realizada no prazo máximo de um ano após o final do primeiro período de compromisso, com base nas recomendações do Órgão Subsidiário de Implementação, utilizando o assessoramento técnico do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico, conforme necessário. Outras revisões devem ser realizadas periodicamente a partir de então;
3. *Urge* as Partes incluídas no Anexo II da Convenção a facilitar a participação no comércio de emissões, no âmbito do Artigo 17 do Protocolo de Quioto, das Partes incluídas no Anexo I da Convenção com compromissos descritos no Anexo B e que estejam em processo de transição para uma economia de mercado;
4. *Recomenda* que a Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em sua primeira sessão, adote a decisão preliminar abaixo.

*8ª reunião plenária
10 de novembro de 2001*

Decisão preliminar -/CMP.1 (Artigo 17)

Modalidades, regras e diretrizes para o comércio de emissões no âmbito do Artigo 17 do Protocolo de Quioto

A Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto,

Ciente das suas decisões -/CMP.1 (Mecanismos), -/CMP.1 (Artigo 6), -/CMP.1 (Artigo 12), -/CMP.1 (Uso da terra, mudança no uso da terra e florestas), -/CMP.1 (Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas), -/CMP.1 (Artigo 5.1), -/CMP.1 (Artigo 5.2), -/CMP.1 (Artigo 7) e -/CMP.1 (Artigo 8) e das decisões 3/CP.7 e 24/CP.7,

1. *Decide* confirmar e colocar plenamente em vigor quaisquer ações realizadas em conformidade com a decisão 18/CP.7 e qualquer outra decisão pertinente da Conferência das Partes, conforme o caso,

2. *Urge* as Partes incluídas no Anexo II da Convenção a facilitar a participação no comércio de emissões, no âmbito do Artigo 17 do Protocolo de Quioto, das Partes incluídas no Anexo I da Convenção com compromissos descritos no Anexo B e que estejam em processo de transição para uma economia de mercado.

ANEXO

Modalidades, regras e diretrizes para o comércio de emissões no âmbito do Artigo 17 do Protocolo de Quioto¹

1. Para os fins do presente anexo, aplicam-se as definições contidas no Artigo 1² e as disposições do Artigo 14. Adicionalmente:

(a) Uma “unidade de redução de emissão” ou “URE” é uma unidade emitida em conformidade com as disposições pertinentes do anexo à decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*) e é igual a uma tonelada métrica equivalente de dióxido de carbono, calculada com o uso dos potenciais de aquecimento global, definidos na decisão 2/CP.3 ou conforme revisados subseqüentemente de acordo com o Artigo 5;

(b) Uma “redução certificada de emissão” ou “RCE” é uma unidade emitida em conformidade com o Artigo 12 e seus requisitos, bem como as disposições pertinentes do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 12*), e igual a uma tonelada métrica equivalente de dióxido de carbono, calculada com o uso dos potenciais de aquecimento global, definidos na decisão 2/CP.3 ou conforme revisados subseqüentemente de acordo com o Artigo 5;

(c) Uma “unidade de quantidade atribuída” ou “UQA” é uma unidade emitida em conformidade com as disposições pertinentes do anexo à decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*) e igual a uma tonelada métrica equivalente de dióxido de carbono, calculada com o uso dos potenciais de aquecimento global, definidos na decisão 2/CP.3 ou conforme revisados subseqüentemente de acordo com o Artigo 5.

(d) Uma “unidade de remoção” ou “URM” é uma unidade emitida em conformidade com as disposições pertinentes do anexo à decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*) e igual a uma tonelada métrica equivalente de dióxido de carbono, calculada com o uso dos potenciais de aquecimento global, definidos na decisão 2/CP.3 ou conforme revisados subseqüentemente de acordo com o Artigo 5.

2. Sujeita às disposições do parágrafo 3 abaixo, uma Parte³ incluída no Anexo I com um compromisso descrito no Anexo B é elegível à transferência e/ou aquisição de UREs, RCEs, UQAs ou URMs emitidas de acordo com as disposições pertinentes, caso cumpra os seguintes requisitos de elegibilidade:

¹ O anexo à decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*) contém disposições e procedimentos operacionais pertinentes para este anexo.

² No contexto deste anexo, “Artigo” refere-se a um Artigo do Protocolo de Quioto, a menos que especificado de outro modo.

³ No contexto deste anexo, “Parte” refere-se a uma Parte do Protocolo de Quioto, a menos que especificado de outra forma.

- (a) Ser uma Parte do Protocolo de Quioto;
- (b) Sua quantidade atribuída em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, ter sido calculada e registrada de acordo com a decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*);
- (c) Manter um sistema nacional para a estimativa das emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, de acordo com o Artigo 5, parágrafo 1, e os requisitos das diretrizes decididas em seu âmbito;
- (d) Manter um registro nacional de acordo com o Artigo 7, parágrafo 4, e os requisitos das diretrizes decididas em seu âmbito;
- (e) Ter submetido anualmente o seu inventário mais recente, conforme requisitado de acordo com o Artigo 5, parágrafo 2, e o Artigo 7, parágrafo 1, e os requisitos das diretrizes decididas em seu âmbito, incluindo o relatório do inventário nacional e o formato comum de relato. Para o primeiro período de compromisso, a avaliação da qualidade, necessária a fim de determinar a elegibilidade à utilização dos mecanismos, deve limitar-se às partes do inventário relativas às emissões de gases de efeito estufa por setores/categorias de fontes do Anexo A do Protocolo de Quioto e a submissão do inventário anual dos sumidouros;
- (f) Submeter as informações suplementares sobre as quantidades atribuídas, de acordo com o Artigo 7, parágrafo 1, e os requisitos das diretrizes decididas em seu âmbito, e fazer qualquer adição e subtração da quantidade atribuída, em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, incluindo as atividades no âmbito do Artigo 3, parágrafos 3 e 4, de acordo com o Artigo 7, parágrafo 4, e os requisitos das diretrizes decididas em seu âmbito;

3. Deve considerar-se que uma Parte incluída no Anexo I, com um compromisso descrito no Anexo B:

- (a) Atende os requisitos de elegibilidade mencionados no parágrafo 2 acima após 16 meses terem transcorrido a partir da submissão de seu relatório para facilitar o cálculo de sua quantidade atribuída em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, e demonstra sua capacidade de contabilizar suas emissões e sua quantidade atribuída, de acordo com as modalidades adotadas para a contabilização da quantidade atribuída no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4, a menos que o ramo coercitivo do comitê de cumprimento considere, de acordo com a decisão 24/CP.7, que a Parte não atenda esses requisitos ou, em data anterior, o ramo coercitivo do comitê de cumprimento tenha decidido que não dará prosseguimento a qualquer questão de implementação relativa a esses requisitos, indicados nos relatórios das equipes revisoras de especialistas, no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto, e tenha transmitido essa informação ao secretariado;
- (b) Continua atendendo os requisitos de elegibilidade mencionados no parágrafo 2 acima, a menos, e até, que o ramo coercitivo do comitê de cumprimento decida que a Parte não atenda um ou mais dos requisitos de elegibilidade, tenha suspenso a elegibilidade da Parte e transmitido essa informação ao secretariado.

4. O secretariado deve manter uma lista, acessível ao público, das Partes que cumprem os requisitos de elegibilidade e das Partes que foram suspensas.
5. As transferências e as aquisições entre os registros nacionais devem ser feitas sob a responsabilidade das Partes envolvidas, de acordo com as disposições da decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*). Uma Parte que autorizar as entidades legais a transferir e/ou adquirir, no âmbito do Artigo 17, deve permanecer responsável pelo atendimento de suas obrigações no âmbito do Protocolo de Quioto e assegurar que tal participação seja consistente com o presente anexo. A Parte deve manter uma lista atualizada dessas entidades e disponibilizá-la ao secretariado e ao público por meio de seu registro nacional. As entidades jurídicas não podem realizar transferências e/ou aquisições, no âmbito do artigo 17, durante qualquer período de tempo em que a Parte autorizadora não tiver atendido os requisitos de elegibilidade ou tiver sido suspensa.
6. Cada Parte incluída no Anexo I deve manter, em seu registro nacional, uma reserva de período de compromisso que não deve ser inferior a 90 por cento da quantidade atribuída da Parte, calculada em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, do Protocolo de Quioto, ou 100 por cento de cinco vezes seu inventário revisado mais recente, a que seja menor.
7. A reserva de período de compromisso deve consistir de posses de UREs, RCEs, UQAs e/ou URMAs para o período de compromisso pertinente que não foram canceladas de acordo com a decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*).
8. Após o estabelecimento de sua quantidade atribuída, em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, e até expirar o período adicional para o atendimento dos compromissos, uma Parte não deve fazer uma transferência que reduza essas posses a níveis inferiores ao exigido para a reserva de período de compromisso.
9. Se os cálculos no âmbito do parágrafo 6 acima ou os cancelamentos de UREs, RCEs, UQAs e/ou URMAs elevarem o nível exigido da reserva de período de compromisso, excedendo as posses, da Parte, de UREs, RCEs, UQAs e/ou URMAs válidas para o período de compromisso pertinente, que não foram canceladas, a Parte deve ser notificada pelo secretariado e, no prazo de 30 dias a partir dessa notificação, deve retornar suas posses ao nível exigido.
10. Qualquer disposição relativa à reserva de período de compromisso ou a outras limitações a transferências, no âmbito do Artigo 17, não se aplica às transferências realizadas por uma Parte de UREs emitidas para o seu registro nacional que foram verificadas estar de acordo com o procedimento de verificação, no âmbito do comitê supervisor do Artigo 6.
11. O secretariado deve realizar as funções a ele requisitadas.